

As escolas pedem 100,6%. E mostram suas contas.

"Por que continuar com a escola?" Há praticamente um ano esta tem sido a pergunta que abre as reuniões semanais dos diretores do Colégio Oswald de Andrade, no alto de Pinheiros. Com mais um, dois e até quatro empregos "para poder segurar a barra da escola", Paulo Pan Chacon, diretor pedagógico do colégio e do Grupo-Associação de Escolas Particulares, e Eugênio Cordaro, diretor administrativo, garantem, porém, que vão continuar "por respeito aos pais e alunos que acreditam no trabalho" e porque esperam receber o aumento especial que devem pedir à Comissão de Encargos Educacionais do CEE (Conselho Estadual de Educação).

Terminantemente contra a negociação com os pais — "porque é um absurdo ter que perguntar ao pai do aluno o quanto vou cobrar pelo meu trabalho" —, Chacon assegura que o Oswald de Andrade está fazendo tudo dentro da lei. Vão aplicar o índice de 35% sobre as semestralidades de 86, dividir as mensalidades em quatro parcelas e, com direito garantido pelo Decreto nº 93.911, de 12 de janeiro, pedirão ao CEE aumento especial para correção de defasagem, que será proporcionalmente repassado aos professores. Sem todas as contas feitas ainda, estima que o reajuste seja de 100% para mais.

"Nossa contabilidade é clara e transparente e pode ser comprovada por quem estiver interessado", afirma Eugênio, lápis na mão, transferindo para o papel as preocupações que tem na cabeça. Siga o seu raciocínio: "Temos uma receita mensal de Cz\$ 283.500,00, proveniente do pagamento de Cz\$ 1.350,00 de mensalidade por aluno. São 210 alunos no 2º grau. E um total de despesas que soma Cz\$ 381.060,00. Gastos que vão desde descontos e bolsas de estudo (10%), ISS (2% sobre a receita), Cz\$ 150.000,00 com os 32 professores (que passariam de Cz\$ 51 para Cz\$ 85 a hora/aula), Cz\$ 15.000,00 com os cinco funcionários da limpeza, Cz\$ 36.000,00 com os três da secretaria e cerca de Cz\$ 60.000,00 com a direção e orientação da escola".

Depois dos gastos com pessoal, o item que mais pesará neste orçamento para o ano letivo de 87 será o aluguel.

Hoje eles pagam Cz\$ 12.000,00 pelas duas casas da rua Morás, 526. Mas os dois proprietários já pediram reajustes — um quer Cz\$ 30.000,00 e o outro Cz\$ 60.000,00 — que resultarão em Cz\$ 90.000,00. "Um preço absurdo e inviável para a situação da escola", diz Eugênio, prevendo que terão de enfrentar "uma ação de despejo agora em fevereiro".

Sem preço ainda definido, mas para efeito de cálculo, ele inclui no orçamento o gasto simbólico de Cz\$ 50.000,00 para o aluguel. Subtraindo receitas e despesas sobram exatos Cz\$ 97.560,00 negativos. E ainda nem se pagou água, luz, telefone, material de limpeza e outros impostos. "Se conseguirmos os 100% de reajustes especiais", justifica, "teremos uma receita de Cz\$ 420.000,00 e nos sobrarão Cz\$ 25.000,00 mensais para a escola. O que eu nem chamaria de lucro, mas sim de reserva para possíveis reformas ou manutenção em geral."

Pior com o Cruzado

"Historicamente, as semestralidades e também os salários dos professores já vinham num processo de achatamento há quatro ou cinco anos e muito abaixo dos índices de inflação", lembra Chacon. A situação piorou com o Plano Cruzado. "Antes do plano", explica, "os dois primeiros trimestres letivos eram fundamentais para as escolas, porque eram meses em que a receita ficava acima das despesas (o reajuste das semestralidades era feito em 1º de janeiro e 1º de julho e o professor recebia aumentos em 10 de abril e 10 de outubro). Isso, aplicado no mercado financeiro, permitia o acerto de contas no final do ano".

Com seis mil metros de terreno e prédio próprio, 2.011 alunos matriculados na pré-escola, 1º a 2º graus e a solidez de 34 anos de existência, a escola do Brooklin vive problemas idênticos, mas enfrentados de forma diferente. O proprietário mostra os problemas, mas pede para que não sejam divulgadas seu nome e o da escola. "Somente no mês de novembro do ano passado", conta, "tivemos um prejuízo de Cz\$ 700.000,00. Para equilibrar receita e custo a escola precisaria, de imediato, de um reajuste de 74,67%. Esquecendo os professores".

Ao contrário da Oswaldo de Andrade, esta escola já cobrou 100,6% de reajuste nos seus preços, seguindo a orientação de José Aurélio de Camargo, presidente do Sistema do Siesesp (Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo). "Vamos cobrar os 100,6% e já entramos com pedido de correção de defasagem ou reajuste especial, junto à Comissão de Encargos Educacionais." Considerando os 66% de reajuste que a escola — ela garante — dará aos professores, o índice pedido ao CEE poderá ser de 131%.

Situação negra

"O Arquidiocesano não fechou o ano em vermelho mas, em compensação, o que deu de superávit cobriu o déficit do outro ano." Assessor da diretoria da Associação Brasileira de Educação e Cultura, mantenedora dos colégios maristas (seis colégios e uma universidade no Paraná, quatro colégios em São Paulo e dois em Brasília, além de obras missionárias e sociais), José Roberto Elias passa a mão nos poucos cabelos brancos e diz que "a situação é negra". Não só para o Arquidiocesano e seus cinco mil alunos, mas para toda a instituição.

"No ano passado não tivemos um tostão para fazer nada", lamenta-se. Tudo foi gasto com o essencial, para pagar professores e funcionários. "Demos um aumento para eles na faixa de 100%." Segundo seus cálculos, toda escola bem organizada, como as dos maristas, gasta com pessoal 65% de sua receita. "E o que é pior: é uma despesa fixa, que não dá para diminuir", afirma. Destes, 2/3 são destinados aos docentes e 1/3 aos pessoal técnico-administrativo. "Se corto essas despesas — lembra —, fecho a escola. Então o jeito foi cortar reformas nos prédios, nos móveis ou a compra de novos equipamentos."

Rita de Biagio